

Política de gestão de estoques de informação: uma proposta para atualização de conteúdo

Elisa Cristina Delfini Corrêa (UDESC) - elisacorrea61@gmail.com

Resumo:

Apresenta um roteiro atualizado de itens considerados essenciais para a elaboração da política de gestão de estoques de informação, com base em estudos na literatura da área e pesquisas realizadas em diferentes políticas disponíveis em páginas web de bibliotecas. A partir de um referencial teórico que discute a ênfase gerencial das atividades voltadas à formação e desenvolvimento de coleções e do papel do bibliotecário enquanto gestor de acervos, a proposta traz como diferencial a inclusão dos itens: estudo de comunidade, participação e papel da biblioteca em programas cooperativos, biblioteca 2.0 e repositórios digitais, conservação e restauração.

Palavras-chave: *Política de Gestão de Estoques de Informação. Bibliotecário-gestor. Formação e Desenvolvimento de Coleções*

Área temática: *Temática I: Tecnologias de informação e comunicação - um passo a frente*

Política de gestão de estoques de informação: uma proposta para atualização de conteúdo

Resumo:

Apresenta um roteiro atualizado de itens considerados essenciais para a elaboração da política de gestão de estoques de informação, com base em estudos na literatura da área e pesquisas realizadas em diferentes políticas disponíveis em páginas *web* de bibliotecas. A partir de um referencial teórico que discute a ênfase gerencial das atividades voltadas à formação e desenvolvimento de coleções e do papel do bibliotecário enquanto gestor de acervos, a proposta traz como diferencial a inclusão dos itens: estudo de comunidade, participação e papel da biblioteca em programas cooperativos, biblioteca 2.0 e repositórios digitais, conservação e restauração.

Palavras-chave: Política de Gestão de Estoques de Informação. Bibliotecário-gestor. Formação e Desenvolvimento de Coleções.

Área Temática: Temática I: Tecnologias de informação e comunicação – um passo a frente

1 INTRODUÇÃO

A Gestão de Estoques de Informação (GEI) corresponde à atividade de Formação e Desenvolvimento de Coleções. Possui, no entanto, uma ênfase ainda mais evidente no caráter administrativo atribuído às tarefas de gerenciamento dos acervos de bibliotecas, que pressupõem atividades de planejamento, acompanhamento e avaliação. Estas, por sua vez, implicam na necessidade de definição e aplicação de critérios pré-definidos para cada etapa dos processos de seleção, aquisição, avaliação e preservação dos estoques de informação.

Gerenciar estoques de informação implica também na elaboração de planos de metas e objetivos de desenvolvimento e expansão do acervo, levando em consideração tanto os objetivos da instituição mantenedora da unidade de informação (U.I.), a missão da biblioteca quanto a demandas reais e potenciais de sua clientela.

Para tal, a GEI pressupõe também a presença de um gestor: um bibliotecário que atue de forma a coordenar os processos de maneira a garantir sua execução com a maior eficácia possível. Esse bibliotecário-gestor de estoques de informação deve desenvolver habilidades e competências

administrativas a fim de munir-se de conhecimentos de conteúdos como: modelos organizacionais, planejamento e tomada de decisões (HOLANDA, NASCIMENTO, 2010, passim). Estes conhecimentos o tornarão hábil para o gerenciamento de acervos “coerentes”, parafraseando Vergueiro (1993) possibilitando assim a circulação dos estoques de informação e atingindo as metas e objetivos da biblioteca em relação à satisfação das demandas de sua clientela.

Um dos principais instrumentos dos quais o bibliotecário-gestor deve lançar mão para gerenciar seu estoque de informação é a política de GEI, ou de Formação e Desenvolvimento de Coleções como é mais conhecida. O planejamento através da política de estoques de informação é uma das principais atividades desse gestor já que a coleção de uma biblioteca é, segundo Weitzel (2006, p.8), “projetada para um determinado objetivo ou fim social”.

Nesse sentido, é imprescindível gerenciar o estoque de informação de maneira a torná-lo dinâmico e coerente a fim de que a própria Unidade de Informação possa atingir sua meta ou fim social, o que segundo a autora, não é possível sem a “elaboração de instrumento que defina a política para desenvolvimento de coleções, pois estas devem estar orientadas para indivíduos, grupos sociais e sociedade de um modo geral, conforme o caso” (Idem).

Durante as décadas de 1990 e 2000, a comunidade bibliotecária parece ter absorvido a idéia da importância do documento na gestão das U.I e mais especificamente de seus acervos, sendo hoje bastante comum encontrar um grande número de políticas disponíveis na Internet, boa parte delas referente a bibliotecas universitárias. Este fato é bastante significativo, pois representa a presença de uma geração de bibliotecários-gestores em atuação no mercado de trabalho, preocupada em refletir sobre seus acervos de forma planejada.

No entanto, apesar da existência desse número significativo de políticas disponíveis na rede internet, percebe-se que esses documentos ainda utilizam atualmente o mesmo modelo de 20 anos passados, apesar de todas as

transformações pelas quais passaram tanto as bibliotecas quanto os acervos propriamente ditos.

Diante dessa constatação, o presente artigo é resultado de muitas reflexões, advindas de estudos comparativos entre a literatura específica da área e diferentes Políticas de GEI disponíveis na rede Internet. É resultado também de participação em palestras e eventos sobre a temática, sempre ricos em informação especializada advinda da experiência de outros profissionais em atuação em diferentes lugares do Brasil e do mundo.

O conjunto dessas experiências acabou por criar um elenco de itens considerados essenciais para a formulação de um documento mais atual, que contemple a maioria dos aspectos relacionados à gestão dos estoques de informação em todas as suas etapas no contexto contemporâneo de estoques de informação em bibliotecas híbridas.

Dessa forma, o presente artigo apresenta a reunião desses itens como proposta de um roteiro de itens de conteúdo para a elaboração de uma política mais completa, que poderá ser bastante útil para subsidiar o trabalho de bibliotecários gestores de estoques em suas Unidades de Informação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A política de GEI é um documento de suma importância para que todo o processo seja bem sucedido. Ao final da década de 1980, Vergueiro já afirmava seu caráter essencial, ao menos para garantir um “mínimo de continuidade ao processo e correções de rota, quando necessárias” (1989, p.23). No entanto, por reconhecer o papel extremamente fundamental da política, o autor dedica um capítulo inteiramente ao assunto em sua obra “Desenvolvimento de Coleções”, um clássico da área até os dias de hoje.

Os propósitos e as vantagens da criação de uma política de GEI são vastamente conhecidos pelos bibliotecários de forma geral e podem ser aqui resumidamente apresentados apenas a título de introdução conceitual (VERGUEIRO, 1989, p. 24-28):

- Parâmetros gerais da coleção e critérios para seu desenvolvimento;
- Guia racional para alocação de recursos;
- Nortear o trabalho bibliotecário voltado aos estoques de informação;
- Tornar público o relacionamento entre a coleção, a instituição e a clientela;
- Subsidiar tomada de decisão em todas as etapas;
- Deixar claro quem são os atores envolvidos nos processos de GEI;
- Oferecer argumentos para negociação em todas as instâncias.

Em linhas gerais, o documento de política de GEI oferece aos bibliotecários um roteiro que permite visualizar o panorama que permeia todas as atividades que envolvem os acervos físicos e digitais de uma unidade de informação, dando-lhes os subsídios necessários para tomada de decisão em cada uma das etapas. Além disso, o documento pode também garantir a continuidade dos serviços planejados, independente da presença da equipe que o elaborou.

Weitzel (2006, p. 18) também faz algumas considerações sobre a importância deste documento, afirmando que:

É um instrumento importante para desencadear o processo de formação e crescimento de coleções [...] Essa política deve expressar o interesse comum da instituição que a mantém e da comunidade a que serve. [...] Dessa forma, a política de desenvolvimento de coleções é um instrumento necessário para garantir a consistência e permanência do processo de desenvolvimento de coleções em uma biblioteca.

Sua construção deve ser democrática, envolvendo não apenas o bibliotecário-gestor, como também todo o *staff* da biblioteca e representantes de sua instituição mantenedora. Nesse sentido, Silveira, Costa e Silva (2012, p.2) ressaltam que “a construção coletiva de um documento dessa natureza pode proporcionar à instituição o estabelecimento de diretrizes pautadas em decisões coletivas, além de propiciar aos colaboradores o sentimento de valorização nos processos decisórios da instituição à qual pertencem.”

Também devem participar do processo, representantes da comunidade de utilizadores da U.I.: o público-alvo para o qual o acervo é especialmente formado e desenvolvido. Essa participação é prevista desde a década de 1970, no amplamente conhecido modelo de Desenvolvimento de Coleções elaborado por G.Edward Evans, que já apontava para uma efetiva presença da comunidade na maior parte das etapas do processo que envolve a gestão das coleções¹.

Vergueiro também indica essa participação da comunidade na elaboração da política, quando afirma que “o ideal é que tal documento surja como resultado da negociação entre o bibliotecário, responsável pelo desenvolvimento da coleção, e aqueles a quem a mesma se destina” (1989, p.26)

Como mais uma característica importante a ser destacada, ressalta-se que este documento também deve ser público e estar à disposição para a consulta de todos os interessados, pois nele estão detalhados os elementos que serviram de base para as decisões tomadas em relação ao acervo na U.I. e que, portanto, são essenciais para o esclarecimento de dúvidas ou reclamações que porventura possam surgir a respeito dos critérios estabelecidos.

3 METODOLOGIA

A proposta de Política de GEI apresentada neste trabalho é resultado da análise comparativa entre textos dedicados à temática “Formação e Desenvolvimento de Coleções” e diferentes políticas disponíveis através de páginas *web* de bibliotecas públicas, especializadas e universitárias.

Os autores utilizados como referencial teórico foram: Vergueiro (1989), Weitzel (2006), Sthrel (2012) e Lozano (2012). A partir destas leituras, foram elencados

¹ EVANS, E.G. **Developing libraries collections**. Littleton: Libraries Unlimited, 1979. XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documento e Ciência da Informação – Florianópolis, SC, Brasil, 07 a 10 de julho de 2013

todos os pontos sugeridos pelos autores como necessários para a elaboração do documento em questão.

A partir dessa listagem, foi realizada uma análise comparativa com vinte Políticas de GEI de diferentes tipos de bibliotecas. Deste total, no entanto, as políticas de Bibliotecas Universitárias representam a maioria com um total de quinze documentos disponíveis. As demais referem-se a bibliotecas de órgãos públicos ou bibliotecas públicas estaduais.

O elenco de itens resultante da análise apresenta o panorama de tópicos existentes nos documentos que estão contemplados na literatura que serviu como referencial teórico. O produto final desta pesquisa encontra-se a seguir.

4 PROPOSTA PARA UM MODELO DE POLÍTICA DE GEI

Tendo em vista que a política de Gestão de Estoques de Informação é um documento de caráter administrativo que norteia as decisões e o trabalho bibliotecário em relação ao acervo de uma unidade de informação, deve ser elaborado de maneira a dar cobertura a todas as etapas do processo de formação e desenvolvimento da coleção de uma U.I.

Deve também ser redigido de forma clara e didática, para um fácil entendimento de todos os interessados. Portanto, o modelo sugerido possui elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Os elementos textuais correspondem ao conteúdo da política que depende dos objetivos específicos e da missão de cada biblioteca em cada contexto. Os detalhamentos, portanto, deverão ser incluídos de acordo com os critérios estabelecidos pelas comissões em cada U.I.

Outra observação preliminar que se faz importante é o diferencial que esta proposta apresenta: a inclusão de itens que normalmente não se encontram nas políticas de desenvolvimento de coleções disponíveis na internet. São eles:

Estudo de Comunidade enquanto base para descrição da clientela/público-alvo: a literatura da área é bastante enfática quanto à necessidade do estudo de comunidade enquanto fundamento do desenvolvimento de coleções². No contexto da GEI, esse estudo equivale a uma “pesquisa de mercado” para a oferta de produtos e serviços de informação, pois descreve a clientela da U.I. e suas demandas. Por isso é fundamental que se conheça sua existência e que seja identificado o perfil de sua comunidade a partir desse estudo detalhado;

Participação e papel da biblioteca em programas cooperativos: Os tempos atuais são colaborativos e atuar em rede é fundamental. As bibliotecas, especialmente as públicas e universitárias podem e devem participar de sistemas de cooperação nacionais e internacionais com base em seus acervos. Essa atuação deve ser planejada também na política, descrevendo os critérios e as formas de cooperação, a disponibilização (ou não) de recursos, indicando a relação custo/benefício dessa participação (STHREL, 2010);

Biblioteca 2.0 e Repositórios Digitais: Embora pudessem estar incluídos no item acervo como formatos eletrônicos, merecem destaque estes documentos, pois necessitam planejamentos específicos com desenvolvimento de estratégias que exigem contratos com provedores, consórcios, licenças e acordos diferenciados (que envolvem dentre outras questões, assuntos concernentes a direitos autorais) dentro de um novo cenário para as bibliotecas na atualidade. Além disso, grandes bibliotecas (especialmente as universitárias) podem ultrapassar o papel de mediadoras no uso desses materiais, sendo também apoiadoras em projetos de criação de materiais de conteúdo eletrônico em parceria com pesquisadores (ex. Biblioteca da Universidade Harvard, EUA³).

² Ver FIGUEIREDO, Nice M. de. *Estudos de uso e usuários da informação*. Brasília: IBICT, 1994 e VERGUEIRO, W. *Desenvolvimento de coleções*. São Paulo: Polis, 1989 XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documento e Ciência da Informação – Florianópolis, SC, Brasil, 07 a 10 de julho de 2013

³ <http://www.theverge.com/2012/4/23/2969913/harvard-library-advisory-council-journal-open-access>

Conservação e Restauração: Apesar de ser uma atividade essencial na gestão de acervos que, inclusive, costuma estar presente muitas vezes de forma emergencial na maioria das U.I.s, a conservação e restauração dos estoques de informação não é um item encontrado com frequência nas políticas de GEI disponíveis na *web*. Incluí-lo na política significa pensá-lo, planejá-lo de forma estratégica e preventiva, estendendo ao máximo a vida útil de cada documento pertencente ao estoque da instituição, esteja ele em seu formato físico ou eletrônico.

Um último item a ser considerado em uma política de GEI refere-se à garantia de acesso livre e democrático a seu acervo que a U.I. reserva a seus interagentes. A presença do item **Censura** no documento deve deixar claro o compromisso da U.I. em garantir que a comissão responsável por essa etapa seja atenta em equilibrar interesses na formação e no desenvolvimento de uma coleção que contemple pluralidade de pensamento e diversidade cultural.

Além disso, deve também garantir à sua clientela a livre escolha e amplo acesso ao seu acervo, segundo a natureza e objetivos de cada instituição. Apesar de não ser item obrigatório na Política, pode ser incluído como subseção da etapa de seleção, conferindo credibilidade na transparência dos processos que envolvem a gestão de estoques de informação.

É importante frisar que a questão da censura é tratada pela literatura da área sob três aspectos principais, segundo Vergueiro (1989, p.59): a censura legal ou governamental, pressão individual ou de grupos e a autocensura. Em momentos históricos distintos, ou dependendo de determinados sistemas de governo, essas categorias de censura podem se apresentar com maior ou menor força.

No entanto, merece atenção especial a “autocensura” que, segundo o autor (VERGUEIRO, *idem*):

refere-se a uma questão inerente ao próprio profissional bibliotecário que, sem o saber, realiza autopolicamento para evitar prováveis polêmicas; quando, no entanto, tal policiamento é consciente e espontâneo, deixa de existir autocensura para passar a existir a censura exercida pelo

bibliotecário. Afinal, a linha a dividir a censura da seleção do material é, às vezes, muito tênue [...].

Portanto, este item representa um importante papel em uma política de gestão de estoques coerente, pois se propõe a garantir tanto à Instituição à qual a U.I. está vinculada, quanto ao seu público-alvo e especialmente ao bibliotecário-gestor, a manutenção de um serviço democrático e desvinculado de eventuais interesses e restrições pessoais.

Os demais elementos seguem as etapas tradicionais dos processos de Gestão de Estoques de Informação, ou seja: critérios de seleção (qualitativa e quantitativa) e seus instrumentos auxiliares; políticas de aquisição (compra, permuta, doação, intercâmbio) e as metodologias de avaliação (qualitativa, quantitativa) indicando as decisões que seguem aos resultados obtidos (desbastamento).

O documento também deve indicar a periodicidade com que a política deve ser revisada. O processo de GEI é sempre dinâmico, assim como o é a U.I. Com a rapidez característica impressa pelas tecnologias da informação na sociedade contemporânea, essa necessidade se faz ainda mais premente talvez ainda num espaço de tempo menor do que os dois anos geralmente indicados nas políticas atuais.

Como elementos pós-textuais, sugere-se incluir modelos de correspondências utilizados para a comunicação entre os diversos atores envolvidos nos processos e ainda o termo de doação, essencial para a transparência nessa negociação entre gestor/interagente na formação do acervo através da participação direta da comunidade na etapa de aquisição.

Assim, segue em forma de tópicos enumerados a lista completa dos itens considerados necessários para uma política de GEI:

1. Elementos pré-textuais (capa, folha de rosto, sumário)
2. Parte introdutória
 - 2.1 Informações Institucionais (identificação, missão, objetivos)
 - 2.2 Informações da U.I. (identificação, missão, objetivos)

2.3 Definição, importância e objetivos da política

2.4 Estudo de comunidade enquanto base para tomada de decisões -
descrição da clientela

2.5 Participação e papel da biblioteca em programas cooperativos de GEI
(nacionais e internacionais)

3. Estoques de informação

3.1 Materiais que o compõem (conteúdo e formato)

3.2 Recursos financeiros disponíveis para sua formação e desenvolvimento
(orçamentos institucionais centralizados/descentralizados, captação de
recursos externos)

4. Desenvolvimento dos estoques de informação

4.1 Seleção

4.1.1 Responsabilidade da seleção (atores, princípios, atribuições e
competências)

4.1.2 Critérios por tipo de obra e de suporte físico

4.1.3 Instrumentos auxiliares (fontes para seleção)

4.1.4 Seleção qualitativa (critérios de qualidade)

4.1.5 Seleção quantitativa (número de títulos e exemplares por tipo de obra,
segundo parâmetros/recomendações oficiais ou demandas verificadas)

5 Aquisição

5.1 Prioridades (definidas segundo orçamentos e objetivos estabelecidos)

5.2 Formas de aquisição (compra, doação, permuta, intercâmbio)

5.3 Reposição de materiais (situações e formas previstas para reposição)

6. Avaliação

6.1 Metodologias

6.1.1 Qualitativas (métodos e responsáveis)

6.1.2 Quantitativas (métodos estatísticos)

6.2 Periodicidade (previsão de prazos para elaboração)

6.3 Desbastamento (remanejamento, descarte)

7. Biblioteca 2.0 e Repositório Institucional (políticas, critérios, responsáveis)

8. Conservação/Restauração (políticas, responsáveis)

9. Revisão da política (previsão)

10. Elementos pós-textuais

10.1 Modelos de correspondências (documentos administrativos)

10.2 Formulário de doação

10.3 Referências bibliográficas

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Redigir um documento de política de gestão de estoques de informação é um importante exercício de reflexão e democracia do qual nenhum bibliotecário pode prescindir nos dias de hoje. A política de GEI não é um documento a mais no universo documental de uma Unidade de Informação. Ele representa o resultado de uma série de negociações entre uma equipe de profissionais qualificados e a comunidade que interage com um rico material informativo, selecionado e adquirido a partir de critérios específicos que é colocado à disposição da maneira mais organizada e eficiente possível.

Portanto, os itens que compõem a política são também reflexo da aplicação de técnicas de gestão, planejamento e avaliação que levaram em consideração inúmeros aspectos internos e externos à instituição, intensamente estudados e discutidos até serem conduzidos de maneira a sintetizar os pontos principais que norteiam o crescimento coerente da coleção, condizentes com os objetivos da instituição que mantém a biblioteca e voltada também às demandas de seu público-alvo.

Com o fim principal de ressaltar o caráter essencial dessas atividades no contexto da gestão de uma Unidade de Informação, este artigo buscou retomar o valor e a importância da política de GEI, sugerindo itens para sua atualização diante do contexto das bibliotecas contemporâneas. Ainda como último aspecto a ser mencionado, vale destacar que o verdadeiro valor do documento está não apenas em sua elaboração, mas principalmente, na atenção que cada bibliotecário-gestor deve ter em colocá-lo efetivamente em prática no cotidiano de sua Unidade de Informação para torná-lo uma realidade concreta no dia-a-dia de sua atuação profissional.

Referências

EVANS, E.G. **Developing libraries collections**. Littleton: Libraries Unlimited, 1979.

FIGUEIREDO, Nice M. de. **Estudos de uso e usuários da informação**. Brasília: IBICT, 1994

HOLANDA, C.; NASCIMENTO, A. Bibliotecário: gestor das unidades de informação. In: ENCONTRO REGIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIENCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO DA REGIÃO SUL, 12., 2010, Porto Alegre. **Anais Eletrônicos...** Porto Alegre: UFRGS, 2010. Disponível em: <http://rabci.org/rabci/node/127>. Acesso em: 09 jul. 2012.

LOZANO, A.R.P. **Gestión de La colección y su relación com La planificación y evaluación de la biblioteca universitária**. Gramado, 18 set. 2011. Palestra proferida no XXVII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias. Disponível em: <http://www.snbu2012.com.br/programa/index.php>. Acesso em: 19 out. 2012.

SILVEIRA, L.R., COSTA, M.de F. O., SILVA, D. de J.M. Diretrizes para a construção democrática e participativa de uma política de formação e desenvolvimento de coleções no núcleo integrado de bibliotecas da UFMA. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17. Gramado, RS. 2012. **Anais...** Disponível em: <http://www.eventweb.com.br/snbu2012/home-event/schedule.php?area=220> Acesso em: 18 out. 2012.

SOARES, C. F. dos S. Diretrizes para o desenvolvimento de uma política de acervo para os objetos de aprendizagem do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17. Gramado, RS. 2012. **Anais...** Disponível em: <http://www.eventweb.com.br/snbu2012/home-event/schedule.php?area=220> Acesso em: 18 out. 2012.

STHREL, L. **Desenvolvimento de coleções: política**. Slideshare. Disponível em: <http://www.slideshare.net/leticia.strehl/2-desenvolvimento-de-colees-poltica> Acesso em: 16 out. 2012.

VERGUEIRO, W. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989.

_____. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da Informação**, v. 22, n. 1, 1993.

WEITZEL, S. da R. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.